

SINDMET-SP

NÃO AO

ACORDO COLETIVO ESPECIAL
QUE ATACA OS TRABALHADORESCSP
Condições

CONDSEF

EM DEFESA DOS DIREITOS! CONTRA A FLEXIBILIZAÇÃO



O Acordo Coletivo Especial com Propósito Específico (ACE) é um anteprojeto de lei que muda a legislação trabalhista, permitindo a realização de acordos que reduzem direitos, hoje ainda garantidos em lei.

A proposta, apresentada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, uma das entidades mais importantes da CUT, pretende pura e sim-

plesmente auxiliar o governo e o empresariado a mudar a legislação para que possa prevalecer - na negociação coletiva entre o Sindicato e a empresa - o negociado sobre o legislado.

As empresas, diante da crise econômica, buscam manter suas altas taxas de lucro e para isto procuram reduzir os custos, flexibilizando direitos históricos da classe trabalhadora.

Os que defendem a proposta dizem que a presença de uma legislação trabalhista “ultrapassada”, como a CLT, é um obstáculo para que os trabalhadores conquistem avanços em suas relações de trabalho.

A realidade é que legislação atual não impede um acordo coletivo com condições superiores ao previsto em lei, mas impede negociações que rebaixem os direitos dos trabalhadores.

SINDSEF-SP



ACORDO COLETIVO ESPECIAL QUE ATACA OS TRABALHADORES



O ACE NA PRÁTICA



Na prática, o que o ACE faz é liberar a redução dos direitos garantidos na lei, o que hoje não é permitido. É por isso que os patrões já estão defendendo abertamente a sua aprovação.

Outras tentativas de mudança na CLT, que traziam prejuízos para os trabalhadores, já ocorreram no Governo FHC e depois na Reforma Sindical, do próprio Governo Lula.

O anteprojeto do ACE vem provocando uma crise no interior da própria CUT, base do governo. Diversos setores estão se somando às lutas para barrar este ataque, potencializando ainda mais o processo de reorganização que possibilita a construção de uma ampla campanha de resistência.

O Sindsef-SP, enquanto uma entidade combativa, classista e de luta, somou-se a campanha nacional que reúne centenas de sindicatos e organizações em todo o país para barrar a aprovação deste projeto nefasto aos trabalhadores brasileiros.

Através de um acordo será possível, entre outras possibilidades:

- ◆ Parcelar mensalmente o 13º e a Participação nos Lucros e Resultados (PLR);
 - ◆ Reduzir o tempo de almoço;
 - ◆ Reduzir o valor das horas extras e adicionais;
 - ◆ Equiparar as jornadas de trabalho diurno e noturno;
 - ◆ Ampliar o uso de banco de horas;
 - ◆ Favorecer a contratação temporária e a terceirização dentro das empresas, sem nenhum limite;
 - ◆ Diminuir ou excluir a licença-maternidade;
 - ◆ Fracionar os 30 dias de férias em 3 ou mais parcelas.
- Além disso, pode diminuir a quantidade de dias de férias, ao invés de 30, poderão ser 20 ou mesmo 15 dias. É preciso lembrar que esse direito está garantido na Constituição, mas o número de dias está na CLT e poderá ser modificado com a aprovação do ACE.

MELHORAR A CLT SEM ATACAR OS DIREITOS CONQUISTADOS

A CLT precisa de mudanças, mas para proteger melhor os trabalhadores. É preciso estabelecer em lei, por exemplo, a proteção contra a demissão imotivada, adotando a convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho. Sem isso, não existe de fato liberdade sindical ou liberdade de negociação no Brasil.

Geralmente os dirigentes sindicais têm estabilidade no emprego, mas, ainda assim, sofrem represálias.

POR UM CONTRATO NACIONAL DE TRABALHO

A CSP-Conlutas defende que no setor privado haja a garantia de um Contrato Nacional de Trabalho. Desta forma, será possível impedir que acordos setorializados possam reduzir ou acabar com direitos dos trabalhadores.

Com um CNT, mesmo os sindicatos que têm parcerias com os patrões e com o governo, terão dificuldade em flexibilizar direitos durante as negociações.

SINDEF-SP


**ACORDO COLETIVO ESPECIAL
QUE ATACA OS TRABALHADORES**


SERVIDOR PÚBLICO TAMBÉM É AFETADO PELO ACE

É importante frisar que o ataque aos direitos desferidos pelo ACE não são direcionados somente contra os trabalhadores do setor privado.

Assim que esses direitos forem perdidos, os governos federal, estaduais e municipais, argumentarão que não tem cabimento manter determinados direitos se os demais trabalhadores brasileiros já não os têm.

Dessa forma, férias, 13º salário, horas extras e outras conquistas serão perdidas também pelos servidores públicos.

Foi este o argumento utilizado na hora de estender a cobrança do imposto sindical para o setor público.

Por este motivo, esta é uma luta de todos os trabalhadores brasileiros, de ambos os setores, privado e público.

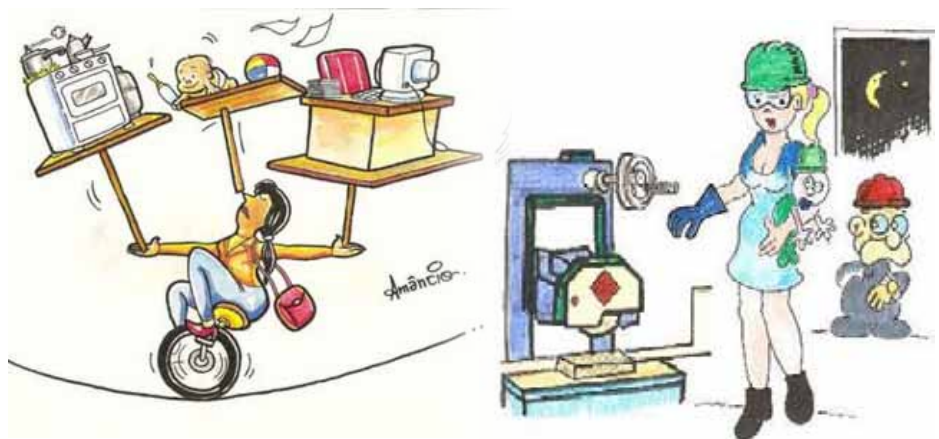


ACE PREJUDICA A MULHER TRABALHADORA

Para o conjunto dos trabalhadores, mas em especial para as mulheres, o ACE está na contramão da luta por melhores condições de trabalho.

No Brasil, 40% dos lares são chefiados por mulheres que, sozinhas, são responsáveis pelo sustento e cuidado dos filhos. Para as mulheres, que são ainda submetidas à dupla jornada, perder a possibilidade de descansar os 30 dias de férias, ou de resolver parte das dívidas com o pagamento do 13º, seria um ataque muito grande.

Mas o ACE ainda pode acabar com outros direitos fundamentais, como a flexibilização do direito de amamentação, formalizado no artigo 396 da CLT, que garante à mulher



um intervalo diário de uma hora para amamentação dos filhos. Os patrões dizem que isso não é realizável na prática porque os filhos estão longe das mães. No entanto, a saída não é abrir mão do direito, mas sim lutar para se ter creche no local de traba-

lho, ou que os governos garantam creches públicas próximas aos locais de trabalho.

O mesmo vale para a licença maternidade garantida pela CLT. Com o ACE este direito também estaria ameaçado.

SINDXF-SP

CSP
Conlutas
CONDSEFACORDO COLETIVO ESPECIAL
QUE ATACA OS TRABALHADORES

ORGANIZAÇÃO NOS LOCAIS DE TRABALHO SIM. PARA FAVORECER O PATRÃO, NÃO!

Os defensores da proposta afirmam que ela garante a Organização no Local de Trabalho (OLT), mas não é verdade. O projeto não seria mais democrático porque as negociações seriam feitas nas empresas.

A organização em cada setor de trabalho é importante porque fortalece a luta. Mas isso não tem nada

a ver com negociar direitos separadamente. Não é essa organização de base que queremos!

O mais democrático é garantir a participação dos trabalhadores em sindicatos e unidos a todos os setores, sem riscos de demissão ou punições. É isso que os sindicatos combativos devem defender: que a CLT contenha mecanismos para

assegurar proteção legal para todos sobre o direito de organização no local de trabalho.

Desse direito, de livre organização por local de trabalho, os trabalhadores da iniciativa privada estão excluídos e os servidores públicos sofrem ataques, como os sucessivos Processos Administrativos Disciplinares (PADs).

VAMOS PARA ÀS RUAS DEFENDER NOSSOS DIREITOS

Uma ampla mobilização nacional está se formando contra o ACE. Inclusive, com a participação de sindicatos da CUT, que perceberam a armadilha e o quanto é prejudicial essa proposta aos trabalhadores.

Para avançar na luta será necessário, primeiro, desmascarar esta tentativa de abrir mais uma porta

para a flexibilização, diminuição ou eliminação de direitos e benefícios dos trabalhadores, por meio da negociação com os próprios sindicatos.

Em segundo lugar, denunciar o papel que cumpre a direção majoritária da CUT ao tentar legalizar uma prática que já existe de fato, em alguns Sindicatos, de negociar o rebai-

xamento ou eliminação de direitos e benefícios protegidos pela legislação.

Participe você também da campanha contra a aprovação do Acordo Coletivo Especial. Assim como já fizemos antes, podemos barrar mais essa tentativa de redução dos direitos dos trabalhadores!

